



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

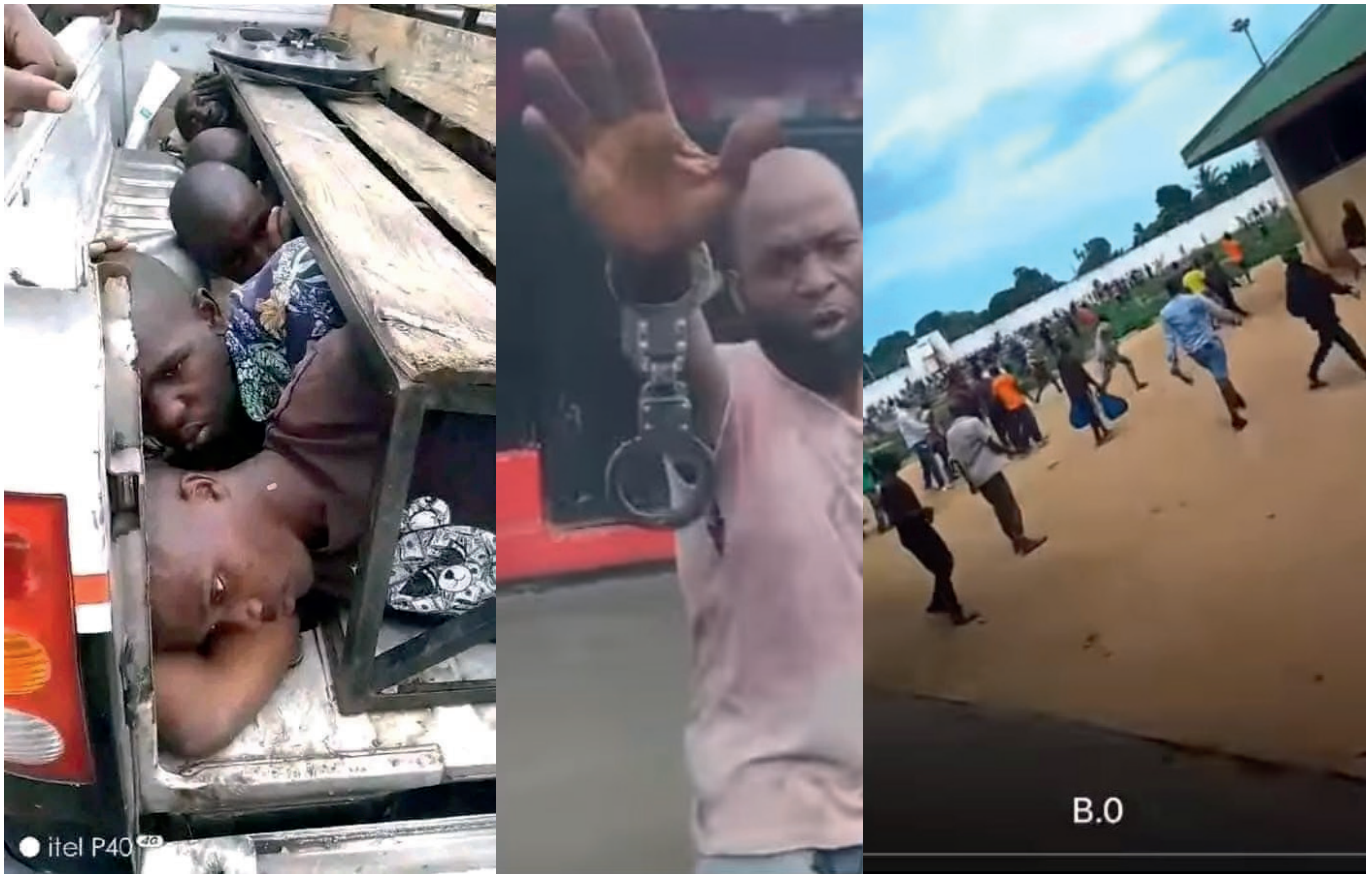
www.cddmoz.org

Sexta-feira, 03 de Julho de 2026 | Ano V, n.º 556 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Dezanove meses depois: Ainda não há nomes das vítimas do massacre perpetrado pelas forças de segurança na Cadeia Central de Maputo

- Dezanove meses depois do massacre que se seguiu à suposta evasão, no dia 25 de Dezembro de 2024, de reclusos da Cadeia Central de Maputo e da Cadeia de Máxima Segurança, vulgo BO, há famílias que ainda não sabem se os seus parentes estão vivos. No dia a seguir à alegada evasão, quando as famílias chegaram à penitenciária levando comida aos seus parentes, foram instruídas a ir ao Hospital Central de Maputo. Lá, algumas encontraram os seus familiares feridos, enquanto outras foram direccionadas à morgue, onde muitos corpos permaneciam sem identificação.





Fontes oficiais indicam que 34 pessoas foram mortas. No entanto, fontes internas distanciam-se dessa informação divulgada pelo antigo Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), Bernardino Rafael. Para além das 34 pessoas mortas, 70 reclusos foram executados depois da recaptura. Parte dessas pessoas foi enterrada em valas comuns. Isto faz com que, até hoje, 3 de Julho, os reclusos assassinados pelas forças de segurança não passem de números.

COMO TUDO ACONTECEU

Bernardino Rafael informou que, durante a suposta operação de fuga em massa da Cadeia Central de Maputo, 34 reclusos foram mortos. Este número refere-se às vítimas atingidas durante a operação que, segundo o próprio Bernardino Rafael, foi arquitectada externamente, informação mais tarde contrariada pela antiga Ministra da Justiça, Helena Kida, que disse que a evasão tinha ocorrido na sequência de uma rebelião que se deu no interior do estabelecimento prisional.

Dos foragidos, uma parte foi recapturada pelas forças de segurança. Após a recaptura, esses prisioneiros foram levados para uma sala dentro da penitenciária, onde ocorreu um massacre. Setenta

prisioneiros recapturados foram executados pelo Grupo de Operações Especiais (GOE), uma sub-unidade da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e por outras forças de defesa e segurança.

No início da alegada fuga, os reclusos teriam tomado posse de duas armas AKM pertencentes à Guarda Penitenciária e fizeram dois agentes penitenciários reféns. Quando a polícia chegou e iniciou os disparos, os prisioneiros usaram os reféns como escudos, exibindo-os para forçar a interrupção dos disparos. Nesse momento, os reclusos iniciaram uma fuga em massa, com mais de dois mil prisioneiros escapando da cadeia.

ACÇÃO DA POLÍCIA E RECUPERAÇÃO DOS RECLUSOS

As forças de segurança, incluindo o GOE, os militares, a UIR e a Polícia de Protecção, realizaram acções de busca e conseguiram recapturar mais de 300 prisioneiros fugitivos.

O MASSACRE

Após a recaptura, esses prisioneiros foram levados para uma sala dentro da penitenciária. Foi nesse momento, entre a noite de 25 de Dezembro e a madrugada de 26 de Dezembro, que teve início o

massacre. Setenta reclusos foram executados pelo GOE e pela UIR, dentro da própria penitenciária.

IMPACTO NAS FAMÍLIAS

Quando as famílias chegaram à penitenciária levando comida aos seus parentes detidos, foram instruídas a ir ao Hospital Central. Lá, algumas encontraram os seus familiares feridos, enquanto outras foram direccionadas à morgue, onde muitos corpos permaneciam sem identificação.

CONCLUSÃO

Até hoje as famílias estão desoladas. Um pela forma bárbara como os seus parentes foram mor-

tos. E outras pelo facto de não saberem se os seus estão vivos ou não, enfrentando um cenário de dor profunda, incertezas sobre o destino dos seus entes queridos e uma busca por respostas em meio ao silêncio das instituições do Estado. Este episódio expõe a gravidade das violações de direitos humanos e a brutalidade sistemática empregada pelas forças de segurança durante e após a alegada fuga em massa. O número de mortos aumentou ao longo do tempo, tendo em conta as denúncias que o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) foi recebendo. Por isso, o CDD reitera a necessidade de investigações independentes para que os autores da matança sejam responsabilizados.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Sheila Wilson; Marcia Massosste
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam N° 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO